

The background is a solid red color. Overlaid on this are several white geometric shapes. In the upper right, there is a long, thin parallelogram slanted upwards from left to right. Below it, towards the center, is a horizontal rectangle. In the lower right, there is a large, white, irregular polygonal shape that resembles a stylized arrow or a corner cut off.

Delta 2 Energia S.A.

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Índice

BALANÇOS PATRIMONIAIS	3
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS	4
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES.....	5
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	6
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	7
1. CONTEXTO OPERACIONAL	8
2. BASE DE PREPARAÇÃO	8
3. GESTÃO DE RISCOS.....	14
4. CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS RESTRITAS.....	18
5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES	19
6. OUTROS ATIVOS CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES	20
7. INVESTIMENTOS	20
8. IMOBILIZADO.....	21
9. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES.....	23
10. FORNECEDORES.....	26
11. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E TRIBUTÁRIAS	26
12. OUTRAS OBRIGAÇÕES E PROVISÕES	27
13. PASSIVOS DE ARRENDAMENTOS.....	27
14. PARTES RELACIONADAS.....	28
15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	29
16. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA.....	30
17. CUSTOS DA OPERAÇÃO E COMPRA DE ENERGIA	31
18. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS.....	32
19. RESULTADO FINANCEIRO	32
20. PROCESSOS JUDICIAIS.....	32
21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS	33
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES	35

Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Em milhares de Reais

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	290	296	66.493	56.535
Clientes	5	-	-	10.537	21.725
Dividendos a receber	14	8.089	8.388	27.912	-
Outros créditos	6	201	201	3.023	2.628
		8.580	8.885	107.965	80.888
Não circulante					
Caixa restrito	4	-	104	16.964	16.825
Clientes	5	-	-	5.520	11.957
Outros créditos	6	-	-	2.508	1.838
		-	104	24.992	30.620
Investimentos	7	199.551	180.404	-	-
Imobilizado	8	-	-	305.636	323.165
Intangível	-	-	-	925	1.427
		199.551	180.404	306.561	324.592
		199.551	180.508	331.553	355.212
Total do ativo		208.131	189.393	439.518	436.100

Passivo e Patrimônio líquido	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Circulante					
Fornecedores	10	69	-	1.008	4.001
Empréstimos, financiamentos e debêntures	9	10.975	8.541	29.904	25.948
Obrigações trabalhistas e tributárias	11	2	6	4.934	4.439
Passivos de arrendamentos	13	-	-	1.541	1.514
Outras obrigações	12	7.744	5.271	10.704	6.259
		18.790	13.818	48.091	42.161
Não circulante					
Fornecedores	10	-	-	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	9	5.799	15.667	186.729	213.215
Passivos de arrendamentos	13	-	-	17.792	17.926
IRPJ e CSLL diferidos	-	-	-	1.309	952
Outras obrigações	12	-	-	2.055	1.938
		5.799	15.667	207.885	234.031
Total do passivo		24.589	29.485	255.976	276.192
Patrimônio líquido					
Capital social	15	90.706	90.706	90.706	90.706
Reservas de capital		1.326	1.326	1.326	1.326
Reservas de lucro		91.510	67.876	91.510	67.876
Total do patrimônio líquido		183.542	159.908	183.542	159.908
Total do passivo e patrimônio líquido		208.131	189.393	439.518	436.100

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações dos resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Em milhares de Reais

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Receita operacional líquida	16	-	-	96.947	93.546
Custos da operação e compra de energia	17	-	-	(41.264)	(46.060)
Lucro bruto		-	-	55.683	47.486
Receitas (despesas) operacionais					
Gerais e administrativas	18	(38)	(97)	(3.080)	(1.939)
Outras receitas (despesas) operacionais		-	-	(40)	(165)
Resultado de equivalência patrimonial	7	34.022	24.263	-	-
		33.984	24.166	(3.120)	(2.104)
Resultado operacional		33.984	24.166	52.563	45.382
Receitas financeiras	19	30	46	7.296	5.850
Despesas financeiras	19	(3.019)	(3.677)	(23.338)	(25.841)
		(2.989)	(3.631)	(16.042)	(19.991)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		30.995	20.535	36.521	25.391
Imposto de renda e contribuição social		-	-	(5.526)	(4.856)
Lucro líquido do exercício		30.995	20.535	30.995	20.535

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações dos resultados abrangentes dos exercícios findos em 31 dezembro de 2024 e 2023

Em milhares de Reais

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Lucro líquido do exercício	30.995	20.535	30.995	20.535
Outros resultados abrangentes				
Resultado abrangente total	30.995	20.535	30.995	20.535

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido dos exercícios findos em 31 dezembro de 2024 e 2023

Em milhares de Reais

	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	90.656	876	3.057	49.161	-	143.750
Transações com acionistas						
Aumento de capital	50	450	-	-	-	500
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(4.877)	(4.877)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	20.535	20.535
Destinação resultado	-	-	1.027	14.630	(15.657)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	90.706	1.326	4.084	63.791	-	159.908
Transações com acionistas						
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(7.361)	(7.361)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	30.995	30.995
Destinação resultado	-	-	1.550	22.084	(23.634)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	90.706	1.326	5.634	85.875	-	183.542

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa dos exercícios findos em 31 dezembro de 2024 e 2023

Em milhares de Reais

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	30.995	20.535	36.521	25.391
Ajustes:				
Depreciação e amortização	-	-	18.950	18.597
Resultado de equivalência patrimonial	(34.022)	(24.263)	-	-
Encargos financeiros sobre empréstimos, financiamentos e arrendamentos	2.727	3.391	22.506	24.608
Receita financeira de aplicações financeiras	(31)	(39)	(7.296)	(5.763)
Baixa de ativos	-	-	469	597
Amortização custo de transação	117	77	165	109
	(214)	(299)	71.315	63.539
(Aumento) redução nos ativos				
Clientes	-	-	12.056	9.187
Outros créditos	1	17	(23.409)	(124)
Aumento (redução) nos passivos				
Fornecedores	67	(66)	(96)	219
Obrigações trabalhistas e tributárias	(4)	2	495	1.421
Partes relacionadas	(9)	1	(1.133)	(41)
Outras contas a pagar	-	-	314	(149)
Caixa proveniente das (aplicado nas) operações	(159)	(345)	59.542	74.052
Dividendos recebidos	15.173	-	-	-
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	(4.338)	(3.901)	(20.870)	(21.582)
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	(5.165)	(5.120)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais	10.676	(4.246)	33.507	47.350
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Aquisição de ativo imobilizado e intangíveis	-	-	(1.231)	(181)
Aplicações financeiras	135	44	7.155	4.535
Redução de capital em controladas	-	8.569	-	-
Caixa gerados pelas (aplicado nas) atividades de investimentos	135	8.613	5.924	4.354
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Pagamento de principal - empréstimos e financiamentos	(5.940)	(4.668)	(22.772)	(20.098)
Aumento de capital	-	500	-	500
Dividendos pagos	(4.877)	-	(4.877)	-
Arrendamentos pagos	-	-	(1.824)	(1.496)
Caixa aplicado pelas atividades de financiamentos	(10.817)	(4.168)	(29.473)	(21.094)
Aumento (redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa	(6)	199	9.958	30.610
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	296	97	56.535	25.925
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	290	296	66.493	56.535

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Delta 2 Energia S.A. (“Delta 2”, “Controladora” e “Companhia”) é uma sociedade por ações de capital fechado sediada em São Paulo, na Avenida Juscelino Kubistchek, no. 1830, 6º. Andar, conjunto 62. A Delta 2 é uma sociedade integralmente controlada pela Serena Geração 1 S.A. (“SG 1”). Em 12 de maio de 2017 a OG 1 passou a ser uma sociedade integralmente controlada pela Serena Geração S.A. (“Serena”), por meio da integralização de suas ações pelos seus acionistas controladores ao capital da Serena.

Fundada em 2011, a Companhia detém participação em ativos de geração de energia elétrica com foco em energia limpa e renovável, que atuam, exclusivamente, na produção e comercialização de energia elétrica.

A Delta 2 e suas controladas diretas operam 3 empreendimentos, denominados complexo Delta 2 (“UGC Delta 2”), com capacidade total instalada para geração de 74,8 MW¹ de energia renovável, localizados nos estados do Piauí. A energia produzida é vendida por meio de contratos de longo prazo no ambiente regulado (ACR), obtidos em leilões promovidos pela ANEEL, com preços fixos indexados à inflação ou por meio de contratos em ambiente de livre negociação (ACL), cujos preços sofrem oscilações decorrentes da oferta e demanda de mercado. A Delta 2 opera parques eólicos e gerencia suas atividades de maneira consolidada, considerando apenas um único segmento de negócios e uma única unidade geradora de caixa (“UGC”).

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes, são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

Os termos abaixo são utilizados ao longo destas demonstrações financeiras de forma abreviada:

- ACR – Ambiente de Contratação Regulado;
- ACL – Ambiente de Comercialização Livre;
- CCEAR – Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado
- CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica;
- PLD – Preço de Liquidação das Diferenças
- MCP – Mercado de Curto Prazo;

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as

¹ Informação não auditada.

disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76, conforme alterada e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade.

2.2 Base de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado, quando aplicável.

Os eventos subsequentes foram avaliados até 14 de março de 2025, data em que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas pela Administração.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são mensuradas utilizando a moeda do principal ambiente econômico no qual a entidade opera ("moeda funcional"), que no caso da Serena é o real ("BRL" ou "R\$"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Consolidação e investimentos

As demonstrações financeiras consolidadas refletem os ativos, passivos e transações da Controladora e de suas controladas ("controladas"). A política contábil para a classificação dos investimentos e sua consolidação está descrita na Nota 7.

Nome	Localização das operações	Atividade e UGC	% Participação total	
			2024	2023
Porto do Delta Energia S.A. ("Porto do Delta")	Piauí	Geração de energia eólica – UGC Delta 2	100%	100%
Testa Branca I Energia S.A. ("Testa Branca I")	Piauí	Geração de energia eólica – UGC Delta 2	100%	100%
Testa Branca III Energia S.A. ("Testa Branca III")	Piauí	Geração de energia eólica – UGC Delta 2	100%	100%

2.5 Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais aplicadas às demonstrações financeiras são consistentes com as adotadas e divulgadas nas demonstrações financeiras dos exercícios anteriores. A Companhia não adotou antecipadamente quaisquer normas e interpretações que tenham sido emitidas ou alteradas, mas que ainda não estejam em vigor.

As políticas contábeis significativas e relevantes para a compreensão das

demonstrações financeiras foram incluídas nas respectivas notas explicativas, com um resumo da base de reconhecimento e mensuração utilizada pela Companhia.

2.6 Classificação circulante versus não circulante

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: (i) espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade; (ii) está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado; (iii) espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e (iv) é caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. Todos os demais ativos são classificados como não circulantes.

Um passivo é classificado no circulante quando: (i) espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade; (ii) está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado; (iii) deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; e (iv) a entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. O Grupo classifica todos os demais passivos no não circulante.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante.

2.7 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas e julgamentos contábeis críticos por parte da Administração da Companhia. Essas estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada exercício. Alterações nos fatos e circunstâncias podem conduzir a revisão das estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão divergir dos estimados.

As estimativas e julgamentos significativos utilizados pela Companhia na preparação destas demonstrações financeiras estão apresentados nas seguintes notas:

Nota Estimativas e julgamentos significativos	
8	Imobilizado – vida útil e taxas de depreciação
20	Processos judiciais

2.8 Novas normas e interpretações contábeis

Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade o *International Accounting Standards Board* (IASB) e, consequentemente, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiram novas normas e revisões às normas já existentes. Os principais normativos alterados e/ou emitidos estão demonstrados a seguir:

Alteração ao IAS 1/CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis

Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) – apresentação de demonstrações financeiras. O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas.

A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas “funções” identificadas das demonstrações financeiras primárias (primary financial statements (pfs)) e das notas explicativas. Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) – demonstração dos fluxos de caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de “lucro ou prejuízo do período” para “lucro ou prejuízo operacional” e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões. O IFRS 18 e as alterações nas outras normas entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente. O grupo está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e respectivas notas explicativas.

IFRS 19: subsidiárias sem responsabilidade pública: divulgações

Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3) – demonstrações

consolidadas), não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS. O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida. Como os instrumentos patrimoniais do grupo são negociados publicamente, ele não é elegível para a aplicação do IFRS 19.

Alterações ao CPC 18 (R3) – investimento em coligada, em controlada e empreendimento controlado em conjunto e a ICPC 09 – demonstrações contábeis individuais, demonstrações separadas, demonstrações consolidadas e aplicação do método da equivalência patrimonial

Em setembro de 2024, o comitê de pronunciamentos contábeis (CPC) emitiu alterações ao pronunciamento técnico CPC 18 (R3) e à interpretação técnica ICPC 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB. A atualização do pronunciamento técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas demonstrações contábeis individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas demonstrações contábeis separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas. A ICPC 09, por sua vez, não tem correspondência direta com normas do IASB e por consequência estava desatualizada, exigindo alterações para alinhar sua redação a fim de ajustá-la a atualizações posteriores a sua emissão e atualmente observadas nos documentos emitidos pelo CPC. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras do grupo.

Alterações ao CPC 02 (R2) – efeitos nas mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis e CPC 37 (R1) – adoção inicial das normas internacionais de contabilidade

Em setembro de 2024, o comitê de pronunciamentos contábeis (CPC), emitiu a revisão de pronunciamentos técnicos nº 27, que contempla alterações trazidas pelo lack of exchangeability emitido pelo IASB, com alterações no pronunciamento técnico CPC 02 (R2) – efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis e no CPC 37 (R1) – adoção inicial das normas internacionais de contabilidade. As alterações buscam definir o conceito de moeda conversível e orientam sobre os procedimentos para moedas não conversíveis, determinando que

a conversibilidade deve ser avaliada na data de mensuração com base no propósito da transação. Caso a moeda não seja conversível, a entidade deve estimar a taxa de câmbio que reflita as condições de mercado. Em situações com múltiplas taxas, deve-se utilizar a que melhor represente a liquidação dos fluxos de caixa. O pronunciamento também destaca a importância das divulgações sobre moedas não conversíveis, para que os usuários das demonstrações contábeis compreendam os impactos financeiros, riscos envolvidos e critérios utilizados na estimativa da taxa de câmbio. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras do grupo.

OCPC 10 – Créditos de Carbono (tCO₂e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO)

Em dezembro de 2024, o comitê de pronunciamentos contábeis (CPC), emitiu o OCPC 10, que trata dos critérios e requisitos básicos de reconhecimento, mensuração e evidenciação de créditos de carbono (tCO₂e)¹, Permissões de emissão (allowances) e créditos de descarbonização (CBIO) a serem observados pelas entidades na origem e aquisição para cumprimento de metas de descarbonização (aposentadoria) ou negociação, bem como dispor sobre os passivos associados, sejam eles decorrentes de obrigações legais ou não formalizadas, conforme definido no CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Este OCPC não tem como objetivo tratar de questões de natureza tributária e jurídica associadas aos créditos de carbono (tCO₂e), Permissões de emissão (allowances) e créditos de descarbonização (CBIO). Buscando a primazia da essência econômica sobre a forma jurídica para atingir a representação fidedigna do evento econômico que se propõe representar nas demonstrações contábeis das entidades que reportam. A orientação desse OCPC entra em vigor para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras do grupo.

As alterações que entraram em vigor em 1 de janeiro de 2025 acima descritas não produziram impactos relevantes nestas demonstrações financeiras consolidadas. Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercícios futuros, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

Reforma Tributária sobre o consumo

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional (“EC”) nº 132, que estabelece a Reforma Tributária (“Reforma”) sobre o consumo. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido (“IVA dual”) em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços – CBS), que substituirá o PIS e a COFINS, e

uma sub-nacional (Imposto sobre Bens e Serviços – IBS), que substituirá o ICMS e o ISS. Foi também criado um Imposto Seletivo (“IS”) – de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de lei complementar.

Em 17 de dezembro de 2024, foi concluída a aprovação, pelo Congresso Nacional, do primeiro projeto de lei complementar (PLP) 68/2024, que regulamentou parte da Reforma. O PLP 68/2024 foi sancionado com vetos pelo presidente da República em 16 de janeiro de 2025, tornando-se a Lei Complementar nº 214/2025. Embora a regulamentação e instituição do Comitê Gestor do IBS) tenha sido inicialmente tratada no PLP nº 108/2024, segundo projeto de regulamentação da Reforma, que ainda será apreciado pelo Senado Federal, parte da tratativa já foi incorporada ao PLP nº 68/2024, aprovado como acima mencionado que, entre outras previsões, determinou a instituição, até 31 de dezembro de 2025, do referido Comitê, responsável pela administração do referido imposto.

Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários – antigo e novo – coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por lei complementar. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024.

As alterações que entraram em vigor em 1 de janeiro de 2023 acima descritas não produziram impactos relevantes nestas demonstrações financeiras consolidadas. Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercícios futuros, a Serena Energia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

3. GESTÃO DE RISCOS

A Delta 2 realiza a gestão de riscos com o objetivo de suportar o atingimento de suas metas e para garantir a solidez e a flexibilidade financeira da Companhia e a continuidade do negócio. A estratégia de gestão de riscos da Delta 2, integrada à estrutura de gestão da sua controladora Serena, objetiva proporcionar uma visão integrada dos riscos aos quais a Companhia está exposta, por meio de uma matriz de riscos e impactos, revisada e atualizada periodicamente, que contempla as áreas operacionais, financeira, jurídica, regulatória, gestão de pessoas e funding.

São mapeados diversos riscos, classificados por sua relevância, sendo os mais relevantes listados a seguir:

- **Riscos operacionais:** relacionados à eficiência operacional dos ativos, disponibilidade dos sistemas, desvios de geração de energia, pessoas e

processos internos;

- **Riscos climáticos:** relacionados a estimativas de afluências e ventos nas sub-regiões climáticas onde estão localizados os ativos;
- **Riscos de mercado:** relacionados a preços, inflação e taxas de juros;
- **Risco de crédito:** relacionados aos créditos com clientes e investimentos financeiros;
- **Risco de liquidez:** relacionado ao cumprimento de obrigações financeiras.

3.1 Riscos operacionais

A Companhia contrata prestadores de serviços terceirizados para as atividades de operação e manutenção (“O&M”) de suas centrais geradoras de energia elétrica, comumente o próprio fornecedor dos equipamentos, e, caso esses serviços não sejam adequadamente executados, a Companhia poderá sofrer um efeito adverso relevante. A gestão desse risco é feita no sentido de garantir a disponibilidade e a eficiência operacional das usinas, sendo mantidos planos de manutenção e monitoramento semanal, além de planos de manutenção preventiva e inspeção rotineira dos ativos semestralmente, bem como o acompanhamento tempestivo da geração de energia nos parques, de forma a realizar intervenções necessárias, inclusive em relação aos prestadores de serviços, para corrigir desvios.

A Companhia depende dos serviços de profissionais técnicos na execução de suas atividades e caso a Companhia venha a perder os principais integrantes desse quadro de pessoal, terá de atrair e treinar pessoal adicional para sua área técnica, o que pode gerar custos adicionais. A área de gestão de pessoas da Companhia possui um processo estruturado para contratar e/ou repor pessoas chave para posições técnicas e de liderança da organização, além de manter objetivos e programas para seu desenvolvimento contínuo e retenção.

Adicionalmente, os processos e sistemas da Companhia contam com um sistema de gestão integrado (“ERP”) – Enterprise Resource Planning, que garante a integração das informações das áreas de negócios com os sistemas contábeis e gerenciais da Companhia e são atualizados periodicamente para capturar alterações processuais relevantes e avanços no ambiente tecnológico.

3.2 Risco climático

Os contratos de venda de energia no mercado regulado têm estrutura que mitiga o impacto financeiro de intermitências do recurso eólico. Os contratos são realizados pela modalidade disponibilidade, com pagamentos mensais, sem obrigação mensal de entrega de energia. Além disso, para as obrigações anuais são definidas bandas inferiores e superiores de geração, de forma que não haja impacto econômico para os ativos se a geração de energia estiver dentro dessas bandas. As variações de geração são equalizadas anualmente quando a geração acumulada estiver acima ou abaixo dessas bandas e são ajustadas pelos preços e penalidades definidas

previamente nos contratos.

3.3 Risco de mercado

O risco relacionado às taxas de juros provém da flutuação das taxas de mercado. A exposição da Companhia deriva, principalmente, de empréstimos e financiamentos, debêntures e aplicações financeiras com taxas de juros pré ou pós-fixadas, TJLP e índices de inflação. A carteira composta por esses instrumentos financeiros é monitorada mensalmente, permitindo o acompanhamento dos resultados financeiros e seu impacto no fluxo de caixa. Quanto ao risco de aceleração inflacionária, os contratos de venda de energia de longo prazo em vigor possuem cláusula de reajuste inflacionário, o que representa um hedge natural para as dívidas e obrigações indexadas aos índices de inflação.

A Delta 2 comercializa energia no ACR e no ACL. No ACR, a venda se dá por meio de contratos provenientes de leilões, cujos preços são pré-determinados, corrigidos por um determinado índice inflacionário. Nesse ambiente, o risco às variações do preço de mercado e ao PLD decorrem dos ajustes de balanço energético, quando a geração é diferente da energia vendida, liquidados no curto prazo pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"). Parcela substancial da energia comercializada está vinculada aos contratos no ACR, o que reduz a exposição da Companhia à variação de preços. Eventualmente, com vistas a ajustar sua posição estrategicamente ao momento de mercado, a Companhia pode adotar o expediente da descontratação de energia, que consiste em desvincular a energia gerada do ACR para negociá-la no ACL, de acordo com as regras da ANEEL.

No ACL, a Companhia procura vender gradativamente a energia disponível, com vistas a preços atrativos e à minimização do risco de exposição aos preços de curto prazo (spot ou PLD). Na parcela dos ativos vinculada ao ACL, a diferença entre a geração e a venda é liquidada no mercado de curto prazo pela CCEE. Fatores relacionados à liquidez do mercado de energia podem afetar os preços de mercado.

3.4 Risco de crédito

Os riscos de crédito decorrem das operações comerciais da Companhia ou de investimentos financeiros.

Como forma de minimizar o risco de crédito nos contratos de venda de energia elétrica para consumidores livres, comercializadoras e geradoras no ACL, a Companhia, por meio de sua área de crédito, realiza uma análise e estabelece, de acordo com sua Política de Crédito, as garantias que deverão ser exigidas dessas contrapartes. Os créditos de todos os clientes e a sua exposição aos diversos setores da economia são avaliados periodicamente, de modo a manter a diversificação da carteira e a diminuir a exposição ao risco específico setorial.

Em relação aos investimentos financeiros, limites de crédito são avaliados e praticados para cada contraparte com a qual temos exposição de crédito. Além disso, a Delta 2 busca a diversificação da carteira e observa diferentes indicadores de solvência e liquidez das diferentes contrapartes que foram avaliadas para negociação.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito na data base da demonstração financeira, sendo resumida no quadro a seguir:

	Nota	Consolidado	
		2024	2023
Caixa e equivalentes de caixa	4	66.493	56.535
Clientes	5	16.057	33.682
Caixa restrito	4	16.964	16.825
Total		99.514	107.042

3.5 Risco de liquidez

O risco de liquidez refere-se à possibilidade da Delta 2 não cumprir suas obrigações contratuais nas datas previstas, bem como encontrar dificuldades em atender às necessidades do seu fluxo de caixa devido a restrições de liquidez do mercado. Os principais passivos financeiros contratados são os financiamentos com o BNDES e arrendamentos operacionais, sendo seus vencimentos contratuais demonstrados nas Nota 9.

A Companhia monitora o nível esperado de entradas e saídas de fluxos de caixa individualmente por empresa controlada, de forma a garantir suprimento adequado de caixa em cada operação individualmente. Eventualmente, podem ser utilizados instrumentos de adiantamento de capital ou de mútuo para coberturas pontuais de caixa.

A Companhia busca relacionamento bancário regular para manter atualizado seus limites de crédito junto às instituições financeiras parceiras no intuito de estar preparada para obter, se necessário, linhas de crédito para auxiliar na gestão de liquidez de curto prazo.

3.6 Seguros (não auditado)

A Companhia mantém seguro de responsabilidade civil e patrimonial que cobre, entre outros riscos, fogo ou danos às propriedades da Companhia e de suas subsidiárias, como por exemplo danos elétricos/materiais, quebra de máquinas, roubos/furtos de bens, vendaval, furacão, ciclone, tornado, granizo, queda de raios, explosão, implosão e queda de aeronaves, além de danos causados a terceiros. Além disso, a Companhia possui, também, cobertura de lucros cessantes que indeniza a perda de lucro líquido e despesas fixas em decorrência de danos materiais que incorram em interrupção dos seus negócios pelo período de até 12 meses. A Companhia acredita que há baixo risco de impacto financeiro decorrente de eventual interrupção em um dos seus negócios

dada a diversificação de seu portfólio. A Companhia acredita que mantêm seguros adequados ao mercado de atuação da Companhia. As premissas adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis e, conseqüentemente, não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

4. CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS RESTRITAS

Política contábil

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista e investimentos temporários de curto prazo com resgate, junto ao próprio emissor, em até 90 dias da data da aplicação considerados de liquidez imediata e conversíveis em um montante conhecido de caixa, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedam o seu valor de mercado ou de realização.

Quando a aplicação apresenta algum tipo de restrição ao resgate, por estarem vinculadas a operações de créditos ou foram cedidas como garantias em operações comerciais, são registradas como aplicações financeiras mantidas até o vencimento, registradas ao custo amortizado e classificadas no ativo não circulante quando o vencimento for superior a 12 meses.

	Consolidado	
	2024	2023
Banco	4.552	4.401
Aplicações financeiras de liquidez imediata	61.941	52.134
Caixa e equivalentes de caixa	66.493	56.535
Aplicações financeiras - Caixa restrito	16.964	16.825
Total	83.457	73.360

Em 31 de dezembro de 2024, o caixa e equivalentes de caixa incluem, além dos saldos em contas bancárias, Certificados de Depósitos Bancários, Operações Compromissadas e cotas de fundos de investimentos em títulos públicos, com liquidez diária e resgatáveis junto ao emissor.

As aplicações financeiras classificadas como caixa restrito e mantidas no ativo não circulante incluem instrumentos de renda fixa, contratadas em condições e taxas normais de mercado, como forma de garantia e vinculadas aos financiamentos obtidos junto ao BNDES, descritos na Nota 9.

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Política contábil

São instrumentos financeiros classificados na categoria Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e representam os valores a receber pela venda de energia efetuadas pela Companhia. Os valores a receber são registrados inicialmente a valor justo e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado, deduzidos de eventuais estimativas de perdas para cobrir eventuais prejuízos na sua realização, quando aplicável.

A prática contábil sobre o reconhecimento de receitas está apresentada na Nota 16.

	Consolidado	
	2024	2023
Consumidores livres e distribuidoras	8.566	15.481
MCP - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica "CCEE"	1.709	853
Excedente CCEAR	5.520	15.662
Outras contas a receber	262	1.686
Total	16.057	33.682
Apresentados no ativo:		
Circulante	10.537	21.725
Não Circulante	5.520	11.957

Contas a receber regulado (distribuidoras): representados por contas a receber de distribuidoras no âmbito de contratos adquiridos em leilões. Os preços decorrem do leilão, ajustados por índices inflacionários. Possuem prazo de recebimento inferior a 45 dias.

Consumidores livres: representados por contas a receber de comercializadoras relativas à energia gerada pelos ativos de eólicos e liquidadas no curto prazo, ao preço de mercado, negociados pela Companhia e seus clientes livremente. Normalmente possuem prazo de recebimento inferior a 45 dias.

MCP CCEE: o saldo a receber decorre do mecanismo de fechamento de posição energética na CCEE, que ajusta as receitas faturadas mensalmente por meio da garantia física registrada pela Companhia na CCEE à quantidade física efetivamente gerada, podendo representar um valor a receber ou a pagar. De acordo com as regras da CCEE, esses valores geralmente são liquidados dentro do prazo de 45 dias. O risco de crédito desse ativo decorre da própria CCEE.

Não há saldos relevantes em atraso em 31 de dezembro de 2024 e 2023, portanto, não foi necessário o registro de perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa.

6. OUTROS ATIVOS CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Tributos a recuperar				
IRRF/CSLL	201	201	1.032	1.050
PIS/COFINS	-	-	710	710
ICMS	-	-	20	22
Tributos diferidos	-	-	2.509	1.838
Adiantamento a fornecedores	-	-	563	563
Partes relacionadas (Nota 14)	8.089	8.388	27.912	-
Despesas a apropriar	-	-	687	283
Outros	-	-	10	-
Total	8.290	8.589	33.443	4.466
Apresentados no ativo:				
Circulante	8.290	8.589	30.935	2.628
Não circulante	-	-	2.508	1.838

Partes relacionadas: referem-se a rateios de despesas pelo compartilhamento de estrutura, conforme detalhado na Nota 14.

7. INVESTIMENTOS

Política contábil

A Companhia controla uma entidade quando conduz unilateralmente suas políticas financeiras e operacionais, se expondo aos retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial.

As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas na mesma data base da controladora, adotando-se políticas contábeis consistentes. Todos os saldos entre as empresas consolidadas, receitas e despesas, ganhos e perdas não realizados resultantes de operações entre as empresas consolidadas são eliminados. Ganhos ou perdas resultantes de alterações na participação societária em controladas, que não resultem em perda de controle, são contabilizados diretamente no patrimônio líquido.

7.1 Movimentação dos investimentos

	Controladora			
	Testa Branca I	Testa Branca III	Porto do Delta	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	63.157	51.284	51.343	165.784
Resultado de equivalência patrimonial	9.254	6.248	8.761	24.263
Dividendos mínimos obrigatórios	(2.199)	(1.484)	(2.088)	(5.771)
Reversão de dividendos	1.805	1.811	1.081	4.697
Redução de capital em controladas	(2.416)	(2.734)	(3.419)	(8.569)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	69.601	55.125	55.678	180.404
Resultado de equivalência patrimonial	10.604	13.483	9.970	34.057
Dividendos mínimos obrigatórios	(5.391)	(4.772)	(4.714)	(14.875)
Reversão de dividendos	-	(21)	(15)	(35)
Redução de capital em controladas	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	74.815	63.816	60.919	199.551

8. IMOBILIZADO

Política contábil

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Os custos com pequenas manutenções periódicas e rotineiras são reconhecidos no resultado quando incorridos.

O valor residual, a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício social, e ajustados de forma prospectiva, quando aplicável.

Os custos de descomissionamento dos parques são contabilizados no custo inicial do ativo imobilizado com base em projeções dos custos que se esperam incorrer para desmontar os parques eólicos e restaurar a localidade realizadas pela Companhia. Os valores são amortizados com base nos prazos de autorização dos parques e o passivo, registrado ao valor presente, é recomposto pela taxa de desconto estimada inicialmente, em contrapartida de uma despesa financeira.

A depreciação dos ativos em operação é calculada pelo método linear com base nas taxas anuais estabelecidas pela Aneel, as quais são praticadas pelas empresas do setor elétrico brasileiro e representam a vida útil estimada dos bens, limitadas ao prazo da autorização de funcionamento das usinas.

Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas das vidas úteis dos ativos são periodicamente avaliadas e atualizadas. Alterações em algumas dessas premissas assumidas poderão ter impacto significativo nos ativos da Companhia.

Ao determinar o valor da provisão de descomissionamento, premissas e estimativas são feitas em relação às taxas de desconto, ao custo esperado para a remoção de todo parque eólico e a época esperada dos referidos custos.

8.1 Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

	Consolidado				
	Ativo de direito de uso de arrendamento	Máquinas e equipamentos	Edificações	Projetos em andamento	Outros
Saldos em 31 de dezembro de 2023	15.535	302.848	4.169	395	218
Adições	-	1.199	-	(0)	-
Baixa	(9)	-	-	-	-
Depreciação	(1.042)	(17.594)	(197)	-	(46)
Transferência	-	395	-	(395)	-
Arrendamentos	161	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	14.645	286.847	3.972	-	172

8.2 Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

	Consolidado				
	Ativo de direito de uso de arrendamento	Máquinas e equipamentos	Edificações	Projetos em andamento	Outros
Saldos em 31 de dezembro de 2022	11.508	317.691	4.366	1.161	40
Adições	-	163	-	41	-
Baixa	(7)	(63)	-	-	-
Depreciação	(831)	(17.506)	(197)	-	(4)
Remensuração	4.865	1.938	-	-	-
Transferências	-	625	-	(807)	182
Saldos em 31 de dezembro de 2023	15.535	302.848	4.169	395	218

Em dezembro de 2024 em conformidade com as melhores práticas de governança corporativa, a Administração aprovou a mudança de classificação do saldo de ativo de direito de uso de arrendamento, de Intangível para Imobilizado.

Não houve juros capitalizados ao imobilizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023. A Companhia adquire empresas com projetos já concluídos de forma que não há capitalização de juros ao ativo imobilizado após o início de operação dos ativos.

Os empréstimos e financiamentos exigem alienação fiduciária sobre os ativos da Companhia.

Na Nota 9 há o detalhe dos empréstimos que exigem esse tipo de garantia.

As vidas úteis utilizadas para o cálculo e registro da depreciação no exercício de 2024 são as seguintes:

	Taxa médias anuais de depreciação	
Máquinas e equipamentos	4,50%	4,50%
Edificações	3,80%	3,80%
Outros	9,40%	9,40%

A Companhia não alterou sua expectativa das vidas úteis dos ativos no exercício.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia avaliou eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre o valor de recuperação. Tal avaliação foi baseada em fontes externas e internas de informação, levando-se em consideração variações em taxas de juros, mudanças em condições de mercado, dentre outros. Não houve indicativo de desvalorização que demandassem teste de recuperabilidade desses ativos.

9. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

Política contábil

Os empréstimos e financiamentos são passivos financeiros reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado e atualizados pelos métodos de juros efetivos e encargos. Os juros são contabilizados no resultado como uma despesa financeira durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação.

Os juros de empréstimos e financiamento são capitalizados como parte do imobilizado se esses custos forem diretamente relacionados à um ativo qualificado em construção. A capitalização ocorre até que o ativo qualificado esteja pronto para seu uso pretendido. Juros de empréstimos não capitalizados são reconhecidos no resultado no período que foram incorridos.

9.1 Composição do saldo

Consolidado					
	Passivo Circulante		Passivo Não Circulante		Total
	2024	2023	2024	2023	2024
Em moeda nacional					
BND	18.974	17.485	181.095	197.729	200.069
Debêntures	11.044	8.603	5.821	15.813	16.865
Custo de transação	(114)	(140)	(187)	(327)	(301)
Total	29.904	25.948	186.729	213.215	216.633

Um resumo dos contratos vigentes, prazos, modalidades, custos e garantias por UGCs da Companhia está apresentado a seguir:

Consolidado						
UGC	Instituição financeira	Vencimento final	Forma de pagamento	Custo da dívida (a.a.)	Garantias	
Delta 2	FINEM BND	Janeiro/2033	mensal	TJLP + 2,27%	Fiança bancária parcial, conta reserva, cessão de direitos, alienação do ativo e ações	200.069
Delta 2	Debêntures	Dezembro/2026	semestral	IPCA + 7,38%	Fiança bancária parcial, conta reserva, compartilhamento garantias BND	16.865
						216.934
						239.630

9.2 Movimentação do saldo

A movimentação dos empréstimos e financiamentos do exercício é demonstrada a seguir:

	Controladora	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2023	24.208	239.163
Pagamento de principal	(5.940)	(22.772)
Encargos financeiros pagos	(4.338)	(20.870)
Encargos financeiros provisionados	2.727	20.947
Amortização de custo de transação	117	165
Saldos em 31 de dezembro de 2024	16.774	216.633

9.3 Cronograma de pagamento

Os fluxos de pagamentos futuros da dívida são os seguintes:

	Principal	Juros	Total
2025	25.527	4.491	30.018
2026	24.069	1.577	25.646
2027	21.464	-	21.464
2028	23.236	-	23.236
2029	25.156	-	25.156
2030 a 2032	88.636	-	88.636
2033 a 2035	2.776	-	2.776
	210.866	6.068	216.934

O fluxo de caixa das amortizações da dívida trata-se de projeção, considerando os fluxos contratuais de amortização de principal, juros e estimativas de inflação e de curva de juros básicos.

9.4 Garantias

As garantias dos financiamentos as usuais a um Project Finance, incluindo contas reservas, cessão dos direitos creditórios e emergentes da autorização, alienação das máquinas e equipamentos apresentados, alienação das ações da Companhia e suas controladas, e quando aplicável, cartas de fiança bancária.

9.5 Covenants financeiros

A Companhia e suas controladas estão sujeitas a índices de restrição de endividamento (covenants), notadamente o Índice de Capital Próprio (ICP) e Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD). O não cumprimento desses covenants pode resultar em aceleração do vencimento das dívidas.

Na tabela a seguir, demonstramos os covenants exigidos em 31 de dezembro de 2023 do grupo por UGC:

	Índice ICSD financeiro
UGC Delta 2	≥ 1,25 N.A.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia e as UGCs encontravam-se integralmente adimplente em relação aos seus respectivos covenants. O cálculo do atingimento do ICSD é apresentado a seguir:

	2024	
	ICSD – BNDES	ICSD – Debênture
(+) Lucro líquido do exercício	30.995	30.995
(+) Despesas (receitas) financeiras líquidas	16.043	16.043
(+) Provisão para o imposto de renda e contribuições sociais	5.526	5.526
(+) Depreciações e amortizações	18.950	18.950
(+) Quaisquer outras (receitas) ou despesas sem efeitos financeiros		
(+) Resultado de itens não recorrentes após tributos		
EBTIDA consolidado ajustado	71.514	71.514
(+) Imposto de renda e contribuição social devidos (pagos ou provisionados) no Aref	(5.165)	(5.165)
(+) Investimentos realizados no Aref (Nota 8)	(1.231)	-
(+) Distribuição de capital a qualquer título prevista para o ano seguinte (Nota 15.2)	(7.361)	-
(+) Resgate/aportes das contas de reservas de serviço de dívida e de O&M realizados no Aref	(226)	-
Geração de caixa das atividades (a)	57.531	65.349
(+) Somatório dos 12 meses de pagamento de amortização de principal realizado no ano de referência, exceto a referente ao "Subcrédito social"	22.772	22.772
(+) Somatório dos 12 meses de pagamento de juros realizado no ano de referência, exceto a referente ao "Subcrédito social"	20.870	20.870
Serviço da dívida (b)	43.642	43.642
ICSD auferido (a)/(b)	1,32	1,52

(1) Variação da rubrica "Caixa restrito" classificada no Ativo não circulante.

10. FORNECEDORES

	Consolidado	
	2024	2023
Fornecedores O&M, equipamentos e serviços	1.008	1.104
Compra de energia	-	2.897
Contas a pagar ACR	-	-
	1.008	4.001
Apresentados no passivo:		
Circulante	1.008	4.001
Não circulante	-	-

Fornecedores O&M e serviços gerais: representados substancialmente pelos fornecedores de O&M. Conforme descrito na Nota 3.1., a Companhia contrata com prestadores de serviços terceirizados as atividades de operação e manutenção de suas centrais geradoras de energia elétrica, comumente com o próprio fornecedor dos equipamentos do parque.

Compra de energia: as compras de energia são realizadas substancialmente para a cobertura das garantias físicas das UGCs, de acordo com a estratégia de sazonalização.

Contas a pagar ACR: o saldo a pagar decorre do mecanismo de ajuste da contabilização CCEE, conforme descrito na Nota 5.

11. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E TRIBUTÁRIAS

Política contábil

Os impostos a pagar decorrem das obrigações fiscais correntes, apuradas mensalmente com base nas legislações fiscais e jurisdições nas quais a Companhia opera. Estão incluídos impostos apurados nas esferas municipais, estaduais e federais. Quando a Companhia é responsável tributária pelo recolhimento dos tributos de seus fornecedores, é efetuada a retenção desses tributos e recolhimento perante os órgãos competentes.

Saldos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 são apresentados a seguir:

	Consolidado	
	2024	2023
Obrigações tributárias		
IRPJ e CSLL a recolher	473	898
Impostos a pagar	4.239	3.268
Tributos retidos sobre terceiros	222	273
	4.934	4.439

12. OUTRAS OBRIGAÇÕES E PROVISÕES

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Dividendos (Nota 14)	7.743	5.259	7.743	5.259
Partes relacionadas (Nota 14)	-	12	2.542	778
Serviços	-	-	419	222
Provisões diversas	1	-	2.055	1.938
	7.744	5.271	12.759	8.197
Apresentados no passivo:				
Circulante	7.744	5.271	10.704	6.259
Não Circulante	-	-	2.055	1.938

13. PASSIVOS DE ARRENDAMENTOS

Política contábil

A Companhia arrenda terras nos parques eólicos e vincula o arrendamento a um percentual sobre as receitas decorrentes da geração de energia dos empreendimentos. Esses contratos possuem vigência semelhante aos prazos de autorização governamental para operação dos parques, geralmente 35 anos.

Adicionalmente, a Companhia passou a registrar em suas demonstrações financeiras a locação de frota de veículos. O prazo do contrato é de até 5 anos.

Todos os arrendamentos com prazo superior a 12 meses, com limitadas exceções, a Companhia reconhece um passivo de arrendamento no balanço patrimonial no valor presente dos pagamentos, mais custos diretamente alocáveis e ao mesmo tempo que reconhece um ativo representando o direito de uso correspondente ao ativo subjacente o prazo do arrendamento. Durante o prazo do arrendamento mercantil, o passivo é ajustado para refletir os custos financeiros e pagamentos feitos e o direito de uso é amortizado.

Os saldos dos passivos de arrendamento da Companhia, organizados por UGC, são apresentados a seguir:

			2024
UGC	% Arrendamento sobre geração		Passivos de arrendamentos
		Término	
Delta 2	1,80	2049	19.333
Total			19.333
Apresentados no passivo:			
Circulante			1.541
Não circulante			17.792
Total			19.333

A taxa de desconto para o cálculo do valor presente dos contratos de arrendamento, é de 9,70%.

A movimentação do passivo de arrendamento é apresentada a seguir:

	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2023	19.440
Adição	161
Encargos provisionados	1.560
Pagamentos	(1.824)
Baixa	(4)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	19.333

14. PARTES RELACIONADAS

14.1 Ativos e passivos

O grupo de outros créditos e outras obrigações referem-se à alocação de custos de folha de pagamento e rateio de gastos administrativos (aluguéis, condomínio, serviços de terceiros, materiais de escritório e limpeza, entre outros).

14.1.1 Controladora

	2024				2023		
	Ativo		Passivo		Ativo		Passivo
	Dividendos a receber	Dividendos a pagar	Outras obrigações		Dividendos a receber	Dividendos a pagar	Outras obrigações
UGC Delta 2	8.089	-	-		8.388	-	-
OG 1	-	7.743	-		-	5.259	-
Serena Energia	-	-	-		-	-	1
Serena Geração	-	-	-		-	-	11
	8.089	7.743	-		8.388	5.259	12

14.1.2 Consolidado

	2024					2023			
	Ativo			Passivo		Ativo		Passivo	
	Clientes	Fornecedores	Outras obrigações	Dividendos a pagar		Clientes	Outros créditos	Fornecedores	Dividendos a pagar
Serena Geração	27.912	-	2.239	-	5.569	2.897	669	-	-
UGC Delta 1	-	-	167	-	-	-	39	-	-
UGC Delta 3	-	-	15	-	-	-	16	-	-
Serena Energia	-	-	119	-	-	-	28	-	-
Serena Desenvolvimento	-	-	2	-	-	-	5	-	-
CEA II	-	-	-	-	-	-	21	-	-
OG 1	-	-	-	7.743	-	-	-	-	5.259
	27.912	-	2.542	7.743	5.569	2.897	778	5.259	

14.2 Demonstração de resultados

O grupo despesas administrativas refere-se à alocação de custos de folha de pagamento e rateio de gastos administrativos (aluguéis, condomínio, serviços de terceiros, materiais de escritório e limpeza, entre outros). Os valores positivos refletem o repasse de custos da Companhia para as partes relacionadas. Eventualmente são realizadas operações de compra e venda de energia entre partes relacionadas.

14.2.1 Controladora

Não tivemos receitas ou despesas intercompanhia afetando a controladora nos exercícios de 2024 e 2023.

14.2.2 Consolidado

	2024			2023		
	Receita operacional líquida	Custos da operação, conservação e compras	Administrativas, pessoal e gerais	Receita operacional líquida	Custos da operação, conservação e compras	Administrativas, pessoal e gerais
UGC Assuruá	-	-	-	-	-	(39)
UGC Delta 1	-	-	(577)	-	-	(96)
UGC Delta 3	-	-	(76)	-	-	(77)
Grupo Omega	-	-	-	-	-	-
Desenvolvimento	-	-	-	-	-	7
Comercializadora	-	-	-	-	-	(3)
CEA IV	-	-	(14)	-	-	3
Serena Energia	-	-	(204)	-	-	31
Serena Desenvolvimento	-	-	(9)	-	-	(6)
Serena Geração	26.996	(2.928)	(2.606)	6.525	(6.332)	(1.725)
	26.996	(2.928)	(3.486)	6.525	(6.332)	(1.905)

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Política contábil

A remuneração dos acionistas se dá sob a forma de dividendos. Esta remuneração é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras da Companhia, com base no estatuto social. Qualquer valor acima da remuneração mínima obrigatória aprovada no estatuto social somente será reconhecido no passivo circulante na data em que for aprovada pelos acionistas.

Os custos de transação incorridos na captação de recursos por intermédio da emissão de títulos patrimoniais são contabilizados, de forma destacada, em conta redutora do patrimônio líquido.

15.1 Capital social

O capital social totalmente subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é de R\$90.706, e R\$ 90.656, representado por 134.285.590 e 6.040.350 ações

preferenciais, respectivamente. As ações da Companhia são detidas integralmente pela controladora Serena Geração 1 S.A.

15.2 Distribuição dos lucros

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, o lucro líquido apurado em cada exercício social será destinado:

- 5% para a reserva legal, até o limite máximo previsto em lei;
- 25% para o pagamento de dividendo mínimo obrigatório; após desconto das reservas;
- Saldo remanescente poderá ser distribuído, destinado a reserva de investimento ou outras reservas sujeitas às leis e ao Estatuto, conforme proposta da Administração.

A proposta da Administração para a destinação do lucro líquido apurado em 2024 e 2023 é a seguinte:

Proposta da Administração	2024	2023
Resultado do exercício	30.995	20.535
(-) Reserva legal 5%	(1.550)	(1.027)
(=) Lucro líquido ajustado	29.445	19.508
Destinação dos resultados		
(-) Dividendos obrigatórios - 25%	7.361	4.877
Constituição de reserva estatutária para investimentos	22.084	14.631

Para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, a OGI, quanto à destinação dos resultados nos termos do §3º, do Artigo 202 da Lei nº 6.404/76 ("LSA"), vem deliberar pela retenção de todo o lucro líquido, inclusive aquele que seria objeto da distribuição de dividendos obrigatórios.

16. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Política contábil

Os contratos de venda de energia da Companhia são realizados nos ambientes livre e regulado de comercialização brasileira, sendo registrados integralmente na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, agente responsável pela contabilização e liquidação de todo o sistema integrado nacional (SIN).

A medição contábil do volume de energia a ser faturado decorre do processamento da medição física (geração), ajustada ao rateio das perdas informadas pela CCEE.

O reconhecimento contábil da receita é resultante dos valores a serem faturados aos clientes de acordo com a metodologia e preços estabelecidos em cada contrato, ajustadas às quantidades de energia efetivamente geradas, quando aplicável. Esses ajustes decorrem do mecanismo da CCEE que verifica a exposição líquida da

Companhia (vendas, geração e compras), denominado balanço energético, que credita ou debita a diferença entre as vendas e efetiva geração para a Companhia, normalmente ao valor do PLD.

Os mecanismos explicados acima resultam no reconhecimento da receita bruta, ao seu valor justo, apresentada líquida de qualquer imposto sobre venda, na medida em que for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia.

O quadro a seguir apresenta a receita operacional líquida nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

	Consolidado	
	2024	2023
Vendas no ACR		
Vendas no ACR	66.834	63.560
Excedente/(déficit) CCEAR	(6.437)	3.088
Vendas no ACL	8.154	22.528
MCP	4.492	1.395
Partes relacionadas	26.996	6.525
Venda de crédito de carbono	319	165
Impostos sobre a receita bruta	(3.411)	(3.715)
	96.947	93.546

17. CUSTOS DA OPERAÇÃO E COMPRA DE ENERGIA

	Consolidado	
	2024	2023
Compra de energia	(2.920)	(6.894)
Depreciação e amortização	(18.940)	(18.584)
O&M	(13.968)	(13.703)
Encargos regulatórios	(3.774)	(5.792)
Crédito de carbono	-	-
Outros	(1.662)	(1.087)
	(41.264)	(46.060)

Parcela substancial dos custos de O&M é contratada com prestadores de serviços terceirizados, comumente com o próprio fornecedor dos equipamentos de cada parque.

A energia é adquirida de terceiros e tem como finalidade complementar a Geração da Companhia em relação à posição vendida pela Companhia na CCEE. Os créditos de PIS e COFINS decorrem substancialmente das compras de energia.

18. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Consolidado	
	2024	2023
Despesas de pessoal	(2.428)	(1.480)
Depreciação e amortização	(10)	(13)
Serviços de consultoria e auditoria	-	(97)
Serviços de terceiros	(508)	(160)
Publicações e propaganda	-	-
Outras	(134)	(189)
	(3.080)	(1.939)

19. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Receitas financeiras				
Juros sobre aplicações financeiras	31	39	7.296	5.763
Outras receitas	-	9	1	89
Pis e Cofins sobre receitas financeiras	(1)	(2)	(1)	(2)
	30	46	7.296	5.850
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos, financiamento e debentures	(2.727)	(3.391)	(20.946)	(23.248)
Comissão sobre fiança	(10)	(115)	(157)	(813)
Custo de transação	(117)	(77)	(165)	(109)
Juros sobre arrendamentos operacionais	-	-	(1.560)	(1.360)
Outras despesas	(165)	(94)	(510)	(311)
	(3.019)	(3.677)	(23.338)	(25.841)
Resultado financeiro líquido	(2.989)	(3.631)	(16.042)	(19.991)

20. PROCESSOS JUDICIAIS

Política Contábil

Uma provisão é reconhecida quando a obrigação for considerada provável pela diretoria jurídica e seus consultores jurídicos e puder ser mensurada com razoável certeza. A contrapartida da obrigação é uma despesa do exercício. Essa obrigação é atualizada de acordo com a evolução do processo judicial ou encargos financeiros incorridos e pode ser revertida caso a estimativa de perda não seja mais considerada provável, ou baixada quando a obrigação for liquidada.

Processos judiciais cuja probabilidade de perda seja classificada como possível não são contabilizados como provisão, mas apenas divulgados nas notas explicativas. São denominados passivos contingentes.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Por sua natureza, os processos judiciais serão resolvidos quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. Tipicamente, a ocorrência ou não de tais eventos não depende diretamente da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos resultados dos eventos futuros.

A Companhia é parte envolvida em ações cíveis, ambientais, tributárias, trabalhistas e regulatórias em andamento na esfera judicial, bem como em processos administrativos.

Provisões e passivos contingentes

Passivos contingentes em causas discutidas nas esferas administrativa e judicial, cuja expectativa de perda é classificada pela administração como possível, baseada na avaliação dos consultores jurídicos, não são contabilizados e somam o montante de R\$ 1.418.

21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Política contábil

A Companhia classifica ativos financeiros nas seguintes categorias:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;
- Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente; e
- Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Os passivos financeiros são classificados como outros passivos financeiros.

Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, são ativos financeiros mantidos pela Companhia (i) com o objetivo de recebimento de seu fluxo de caixa contratual e não para venda com realização de lucros ou prejuízos e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Compreende o saldo de caixas e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, outros ativos e títulos e valores mobiliários. Suas variações são reconhecidas no resultado do período, na rubrica "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras", dependendo do resultado obtido.

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente no seu reconhecimento inicial, a Companhia pode optar, em caráter irrevogável, pela classificação de seus instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio

de outros resultados abrangentes quando atenderem à definição de patrimônio líquido nos termos do CPC 39 – Instrumentos Financeiros: Apresentação e não forem mantidos para negociação. A classificação é determinada considerando-se cada instrumento, especificamente. Atualmente a Companhia não trabalha com nenhum instrumento classificado nessa categoria.

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado compreende no seu reconhecimento inicial o saldo dos instrumentos financeiros derivativos, incluindo derivativos embutidos, opções de compra de ações e demais títulos e valores mobiliários. Atualmente a Companhia não trabalha com nenhum instrumento classificado nessa categoria.

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro é baixado quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais em uma transação que essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Hierarquia do valor justo

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

- Nível 1 – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração;
- Nível 2 – técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e
- Nível 3 – técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) no fim de cada período de divulgação.

Não houve transferências entre níveis de mensuração na hierarquia do valor justo no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 para esses ativos.

21.1 Classificação dos instrumentos financeiros

É apresentada a seguir uma tabela com o valor contábil dos instrumentos financeiros da Companhia, apresentados nas informações contábeis financeiras:

	Consolidado		
	2024	2023	Categoria
Caixa e equivalentes	66.493	56.535	A
Aplicações financeiras - Caixa restrito	16.964	16.825	A
Clientes	16.057	33.682	A
Empréstimos, financiamentos e debêntures	216.633	239.163	A
Fornecedores	1.008	4.001	A

A – Ativos e passivos financeiros mensurados ao custo amortizado

Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e contas a pagar a fornecedores estejam próximos aos seus valores contábeis. Em relação ao caixa restrito, são efetuadas aplicações em títulos de taxas pós fixadas, atreladas ao CDI e presume-se que seu valor justo esteja próximo ao saldo contábil. Em relação aos empréstimos e financiamentos, a Companhia possui operações contratadas substancialmente com o BNDES, remuneradas à TJLP, que é um instrumento de financiamento de projetos de longo prazo, para o qual não existe um mercado ativo, portanto, presume-se que o valor contábil esteja próximo ao valor justo.

Os instrumentos financeiros da Companhia apresentados acima são classificados a nível 2 da hierarquia de valor justo.

* * *

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

Av. Eng. Luiz Carlos Berrini, 105 -
12º andar, Itaim Bibi - São Paulo (SP)
Brasil
T +55 11 3886-5100
www.grantthornton.com.br

Aos Administradores e Acionistas da
Delta 2 Energia S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Delta 2 Energia S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada da Delta 2 Energia S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor independente pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às demonstrações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 14 de março de 2025

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-025.583/O-1



Emerson Del Vale da Silva
Contador CRC 1SP-237.439/O-9